

humanitas



Vol. XLIII-XLIV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XLIII-XLIV

HUMANISMO PORTUGUÊS
NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

CONGRESSO INTERNACIONAL
(Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991)

ACTAS



COIMBRA

MCMXCI - MCMXCII

HUMANISMO E HISTÓRIA

JORGE A. OSÓRIO

Em 1507 era impresso o diálogo *Actius* de Giovanni Pontano, célebre humanista italiano que falecera quatro anos antes. Nesse diálogo deparamos com a afirmação de que, até à actualidade, a História não suscitara o interesse nem a atenção de teorizadores, como sucedera com a Gramática, a Retórica e a Filosofia⁽¹⁾. Talvez se possa considerar esta a primeira ou pelo menos uma das primeiras alusões, no contexto do humanismo, ao problema da história como ciência e escritura das coisas do passado.

Cerca de vinte anos depois, no verão de 1526, um outro humanista alemão, Henrique Cornélio Agrippa, escrevia um livro que viria a fazer imprimir em Basileia em 1531, com o título *De incertitudine et vanitate scientiarum declamatio invectiva*, obra que teria uma larga difusão entre os meios cultos europeus e que foi também conhecida entre nós. Cornélio Agrippa é aliás um bom representante dessa inquietação intelectual, espiritual e religiosa que marcou muitos dos homens cultos da primeira metade do séc. XVI, quando os efeitos conjugados de um humanismo, que, apoiado em S. Basílio, Orígenes e sobretudo S. Jerónimo, legitimava a utilidade para os cristãos da leitura dos autores antigos, com as preocupações e inquietudes religiosas e espirituais que desde o séc. XIV percorrem a Europa e em particular a região renana, onde se afirmava já o movimento de Martinho Lutero. Actuava, assim, por um lado, o impacto das referências e dos paradigmas culturais oferecidos pelos autores da Antiguidade, tão ricos em reflexões morais e doutrinárias que Erasmo não hesitava em diversíssimos locais, como no *Enchiridion Militis Christiani* ou na *Ratio seu Methodus compendio perveniendi ad veram Theologiam*, em defender a

(1) Vid. *Ioannis Iovani Pontani (...) opera quae soluta oratione composuit omnia*, T. II, Basileia, 1538, p. 247-248. Cfr. também G. Pontano, *I Dialoghi* a cura di Carmelo Previtiera. Edizione critica, Florença, Sansoni, p. 192. Cfr. G. Saitta, *L'Umanesimo*, vol. I, Florença, Sansoni, 1961, p. 656 ss..

utilidade de que se revestia para o cristão a leitura atenta e reflectida dos bons autores da Antiguidade⁽²⁾; por outro lado, era cada vez mais sensível a influência exercida pelo conhecimento de outras realidades geográficas que as navegações haviam trazido até à Europa. Juntemos a isto uma consciência crescentemente afirmada do valor individual do saber, manifestada, por exemplo, através da crítica a modalidades de comportamento cristão representadas pela vida monacal, e teremos equacionados os principais factores que marcam o mundo de inquietação intelectual em que se move Agrippa, de que é sinal eloquente o seu profundo apego às correntes ocultistas e esotéricas⁽³⁾.

A *declamatio invectiva* de Agrippa é percorrida por um menosprezo radical pelos esforços dos homens em alcançarem o domínio das ciências humanas, que considera sem valor algum para a preocupação central do homem: a busca da felicidade interior. De nada servem as ciências nem as disciplinas para o fortalecimento da vontade do cristão em se juntar a Deus⁽⁴⁾. Este desprezo pelos *studia litterarum* conduzia directamente à desvalorização de tudo quanto dependesse da *palavra*, entendida no sentido de formas do discurso literariamente organizadas e, por consequência, vocacionadas para a persuasão. Não admira, pois, que gramáticos, poetas, históricos, a par de sofistas, dialécticos e outros sejam ridicularizados ao longo das dezenas de capítulos da obra. Acrescia que o vocabulário utilizado por Agrippa era de conotação erasmiana, senão luterana: "verbum Christi", "nuda fides". Numa Europa de inícios dos anos trinta, afirmações como "non est in lingua, sed in corde veritatis sedes est" soavam, com toda a facilidade, a uma desconfiança dos actos exteriores que podia ser classificada de herética.

Por isso Agrippa foi alvo de fortes críticas e desde cedo a Faculdade de Teo-

(2) Cfr. Erasmo, *Ausgewählte Werke*, ed. de H. Holborn, Munique, 1964, p. 185 por exemplo; no entanto quando, no *Enchiridion*, Erasmo pergunta: "Quid interest Regum aut Iudicum libros legas an Livianam historiam, modo in neutra spectes allegoria?" (*Ibidem*, p. 71), reportava-se à tradição interpretativa dos quatro sentidos do texto sagrado, que um divulgado dístico em latim medieval sumariava:

"Littera gesta docet, quid credas allegoria,
Moralis quid agas, quo tendas anagogia";

vid. A. J. Minnis, *Medieval Theory of Authorship*, 2ª ed., Aldershot, Wildwood House, 1988, p. 34. Cfr. também J. Ijsewijn e C. Matheeußen, "Erasmus et l'historiographie", in *The Late Middle Ages and the Dawn of Humanism outside Italy*, Lovaina, Univ. Press, Haia, Martinus Nijhoff, 1972, p. 31 ss..

(3) Cfr. Ch. G. Nauert, Jr., *Agrippa and the Crisis of Renaissance Thought*, Urbana, University of Illinois Press, 1965, em especial p. 260 ss..

(4) *Henrici Cornelii Agrippae (...) De incertitudine et vanitate scientiarum declamatio invectiva (...)*, 1537, cap. I, "De scientijs in generali", fo. A vº.

logia de Paris condenou a obra como herética e escandalosa⁽⁵⁾, sem que tal impedisse no entanto a sua larga difusão a partir da primeira edição de 1531. Não obstante, ela reveste-se de um significado particular para o humanismo português e para o assunto que estas linhas procuram tratar. De facto, em 1538, um professor de Retórica, o sevilhano Juan Fernández, profere em Santa Cruz de Coimbra uma *oratio* em louvor das letras e toma para exemplo da iconoclastia anti-humanista precisamente o livro de Cornélio Agrippa.

No entanto, esse discurso, todo ele centrado num apelo ao auditório estudantil para que aderisse à concepção humanista do saber e da formação cultural identificada com a "philanthropia", definida segundo o conhecido texto de Aulo Gélíio⁽⁶⁾, em oposição ao espectáculo de questiúnculas da tradição escolar, responsável, também na opinião contemporânea de Luís Vives, pela decadência ou corrupção dos estudos liberais, não contém qualquer apologia ou defesa da história. Ora no livro de Agrippa não faltava matéria para que tal se fizesse. Aí o leitor podia encontrar a história incluída nos capítulos dedicados ao discurso literário: a Gramática, a Poesia, a História, que vinham seguidas pela Retórica, Dialéctica e Sofística.

A história, porém, não constituía disciplina curricular, razão por que Juan Fernández a não trata no seu discurso. Aliás, e certamente pela mesma razão, são raras neste tipo de literatura académica as alusões a ela; podemos vê-las só na *oratio* de Arnaldo Fabrício, lida na inauguração oficial das aulas no Colégio das Artes, em 1548⁽⁷⁾. Em vão as procuraremos nos restantes discursos editados.

Agrippa definia da seguinte maneira a História:

Est autem historia rerum gestarum cum laude aut vituperio narratio, quae magnarum consilia, actiones exitus regumque et magnorum virorum actus, cum temporum et locorum ordine ac descriptione, tanquam viua quaedam pictura ante oculos exponit, ideoque hanc tamquam vitae magistram...⁽⁸⁾.

Ou seja, a história é uma narração de acções humanas, com respeito pela ordem cronológica, apresentada de uma forma suficientemente persuasiva para dela se colherem ensinamentos. Mas por isso mesmo as mentiras dos historiadores eram ainda mais notórias, porque se em relação aos sucessos dos tempos, mais remotos têm

(5) Nauert, *ob. cit.*, p. 108; sobre as acusações de charlatão, pp. 197-199.

(6) Cfr. A. C. Ramalho, "Cícero nas orações universitárias do Renascimento", *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. II, Porto, 1985, p. 29 ss..

(7) Vid. *Quatro Orações Latinas proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*, Publicação e prefácio de Luís de Matos, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1937, p. 18.

(8) Agrippa, *De Vanitate*, ed. cit., cap. V, fo. Bv vº.

desculpa por não existir uma tradição concordante, no referente às épocas mais recentes é impossível não lhes imputar toda a culpa das mentiras, tais são as dissonâncias entre os seus escritos⁽⁹⁾.

Encontramos aqui os principais ingredientes que, desde a Antiguidade, acompanham a ideia de história: por um lado, a indicação de que o discurso literário adequado se encontrava na narrativa; por outro lado, a confirmação da utilidade moral que da matéria narrada se poderia colher. Portanto, temos uma vertente de natureza mais literária e uma outra de feição mais pedagógico-doutrinária. Assim se compreende que vingasse entre os humanistas italianos, como por exemplo Policiano⁽¹⁰⁾, a classificação da história como dependente da poesia. Isso decorria do modo como Aristóteles havia teorizado sobre ambas as disciplinas, ao considerar que a poesia era mais filosófica do que a história, porque tratava do geral, enquanto esta se centrava no particular⁽¹¹⁾. Era, porém, uma apreciação demasiado breve para marcar uma persistente meditação posterior. Por isso no diálogo *Actius* de Pontano se começa por manifestar algum receio em abordar a defesa da história, precisamente porque não havia tradição criada sobre esta actividade, para além do que alguns autores tinham escrito ocasionalmente, o que constituía um eco da idêntica lamentação de Cícero⁽¹²⁾. Para este, numa fórmula que foi variadissimamente repetida, a história era testemunho dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do tempo passado⁽¹³⁾:

qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?;

ou seja, a história era a tarefa em que, de forma mais completa, o orador podia aplicar a sua arte e o seu saber:

uidetisne quantum munus sit oratoris historia?⁽¹⁴⁾.

Mas também aqui a história não se individualiza como ciência ou actividade a que correspondesse uma forma particular do discurso literário. Os únicos preceitos fixados no texto ciceroniano têm a ver com o posicionamento moral de quem escreve sobre o passado: nada dizer de falso, preocupando-se unicamente com a verdade, evi-

(9) *Ed. cit.*, fo. B vi r^o.

(10) Cfr. I. Maier, "Un inédit de Politien: la classification des Arts", *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, Genebra, XXII, 1960, p. 338 ss..

(11) Aristóteles, *Poética*, 1451 b.

(12) *De Oratore*, II, XV.

(13) *De Oratore*, II, IX, 36.

(14) *De Oratore*, II, XV, 63.

tando cuidadosamente manifestações de favor ou ódio. E quanto ao material, isto é aos factos, há que organizá-los segundo a ordem cronológica dos acontecimentos e respeitar com rigor os lugares da sua ocorrência. Finalmente, o estilo a adoptar pelo orador, quando trata do passado, deve traduzir-se num discurso solto e alongado ("fusum atque tractum")⁽¹⁵⁾. Assim se compreende que Erasmo utilize no *Ciceronianus* os historiadores romanos não em função da natureza científica da sua obra, mas como exemplos da possibilidade e até da legitimidade para que o modelo de um bom estilo em latim não se restringisse a Cícero. A "desordem" que refere quanto a Tito Lívio ou a "brevidade" de Salústio nada têm a ver com a arte da composição histórica, mas unicamente com a manifestação da possibilidade de uma *copia e varietas* de expressão literária que o humanista tanto apreciava⁽¹⁶⁾.

Pode considerar-se que esta é a opinião que vigora entre os humanistas a propósito da história até meados do séc. XVI. Em certa medida são as necessidades doutrinárias emergentes do movimento contra-reformista que vão accionar uma inovação sobre a historiografia, os métodos de investigação e a estratégia do discurso adequada⁽¹⁷⁾. Mas ainda na *De historica facultate disputatio* de Francesco Robortello, de 1548, as preocupações do autor assentam na matriz ciceroniana, ao aconselhar a clareza do discurso histórico, tal como no *Dialogo della storia*, de Speron Speroni. A primeira obra teórica de metodologia sobre a história como ciência, no quadro renascentista, pode considerar-se o *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* de Jean Bodin, aparecido em 1566⁽¹⁸⁾.

No entanto ainda é preciso voltar à Antiguidade. Se Cícero colocava a história na dependência da oratória, fazendo dela, no fundo, o "opus oratorium maxime", a verdade é que não enfatiza a natureza narrativa do discurso historiográfico. Ora esse aspecto havia sido convenientemente focado por Luciano no seu tratadinho sobre o

(15) *De Oratore*, II, XV, 64.

(16) Erasmo, *Il Ciceroniano o dello stile migliore*, a cura di Angiolo Gambaro, Brescia, La Scuola Editrice, 1965, p. 110 e 294.

(17) Vid. G. Spini, "Historiography: The Art of History in the Italian Counter Reformation", in *The Late Italian Renaissance 1525-1630*, edited by E. Cochrane, Londres, MacMillan, 1970, p. 91 ss.. No fundo, é preciso aguardar o renascimento da crítica a partir de meados do século; cfr. J. Jehasse, *La renaissance de la critique. L'essor de l'Humanisme érudit de 1560 a 1614*, Saint-Etienne, Publications de l'Université, 1976; cfr. também M. Rak, *La fine dei grammatici. Teoria e critica della letteratura nelle storia delle idee del tardo Seicento italiano*, Roma, Bulzoni Editore, 1974.

(18) A. Buck, *L'eredità classica nelle letterature neolatine del Rinascimento*, trad. italiana, Brescia, Paideia Editrice, 1980, cap. 4, "La storiografia", p. 161 ss..

modo como se deve escrever história. A influência desta obra foi enorme ao longo dos tempos e em particular no Renascimento italiano. Guarino de Verona traduziu para latim a parte do texto mais interessante para sublinhar a ideia da utilidade da história⁽¹⁹⁾.

Na verdade, do ponto de vista da prática historiográfica, a obra de Luciano continha preceitos mais úteis do que as considerações doutrinárias ciceronianas. Luciano destaca também a vertente utilitária da história, chama a atenção para a necessidade de o historiador conservar um atitude de imparcialidade perante os factos e considera que deve procurar fundamentar-se no seu próprio testemunho *de visu* ou então no de pessoas de confiança⁽²⁰⁾. Mas o que de mais importante ressaltava do seu texto era a necessidade de preservar uma distinção clara entre história e poesia e sobretudo o conjunto de observações sobre a organização do discurso historiográfico. A história é uma actividade própria de espíritos livres, sem medo nem sujeição à adulação, unicamente preocupados com a verdade e com a liberdade de expressão: "parrhêsias kai alêtheías phílos"⁽²¹⁾. Além disso, uma parte importante do tratado foca as questões da organização do material histórico, por forma a que o discurso se possa apresentar ordenado e coerente ao leitor. Luciano diz que a narrativa deve ser "tranquila" e "fácil", imagem que Cícero recuperou; mas sobretudo considera que o corpo da história tem de ser entendido como uma longa narrativa: "sôma tês historías diégesis makrá estin"⁽²²⁾. Esta atitude tinha-a vantagem de fugir um pouco à colocação da história na órbita dos géneros mais nobres do discurso literário, a oratória e a poesia. Por exemplo, Quintiliano reforçará a dependência da história face à poesia: "proxima poesi et quodam modo solutum carmen"⁽²³⁾. E esta autoridade será evocada no humanismo com frequência, como no *Actius* de Pontano: "historiam poeticam pene solutam esse quandam"⁽²⁴⁾. É esta visão essencialmente retórica da história que prevalece no humanismo renascentista. Bastará atentar nos tratados de poética e retó-

(19) Vid. E. B. Fryde, *Humanism and Renaissance Historiography*, Londres, The Hambledon Press, 1983, p. 61; Nair Castro Soares, "Humanismo e história: *Ars scribendi* e valor do paradigma", *Máthesis*, I, Viseu, 1992, p. 153.

(20) Luciano, *How to write History*, "Lucian's Works", vol. II, Londres, The Loeb Classical Library, 1968, § 37.

(21) *Ed. cit.*, § 41.

(22) *Ed. cit.*, § 55.

(23) Quintiliano, *De Institutione Oratoria*, X, 1, 31.

(24) *Ed. cit.*, p. 248.

rica do séc. XVI italiano, editados por Bernard Weinberg⁽²⁵⁾, para se ter uma ideia de como a perspectiva retórica dominou exclusivamente a reflexão sobre a história, pelo menos até meados do século de quinhentos.

Os humanistas do Renascimento não tinham muito mais para evocar sobre a história, no respeitante às autoridades antigas. A *imitatio*, termo que designa a complexa atitude dos homens cultos dos séculos XV e XVI perante o legado literário e doutrinário antigo, não lhes deixava grande margem de manobra nesta matéria. Talvez deste jeito se compreenda melhor a recorrência das mesmas alusões e até do mesmo vocabulário, como insinua a linguagem satirizadora de Cornélio Agrippa sobre o trabalho dos historiadores do seu tempo:

Sunt et adhuc alij inter historicos longe maiorum mendaciorum culpam habentes qui cum aut rebus interfuerunt, aut aliter res ipsas vt sunt, vel gestae sunt cognouerunt, tamen beneuolentia et obsequio victi suis adulantes, contra fidem falsa confirmant⁽²⁶⁾,

citando como exemplos Flavio Biondo e Robert Gaguin, que se mostram mais adaladores dos príncipes do que defensores da "majestade da história"⁽²⁷⁾.

Contudo não se pense que o humanismo se ficou por uma postura de apática dependência diante dos lugares comuns herdados da Antiguidade sobre esta temática. Dois nomes do humanismo italiano podem servir para exemplificar um pouco isto: Lourenço Valla e Angelo Policiano.

Quando Lourenço Valla escreveu o prómio aos três livros das "Histórias de Fernando de Aragão"⁽²⁸⁾, defendeu a tese de que tanto a poesia como a história eram superiores à filosofia. O menosprezo da filosofia, identificada essencialmente com a dialéctica e a tradição escolástica, constituiu um tema corrente no movimento humanista desde os primeiros tempos, o que facilmente se compreende tendo em consideração que o humanismo valorizava a retórica, ou seja as estratégias discursivas e as modalidades culturais que encontrassem na tradição e na expressão literárias o seu campo privilegiado de incidência. Mas Valla, que aliás comentou o *De coniuratione Catilinae*, várias vezes impresso no séc. XV, considera que a história é superior à

(25) B. Weinberg, *Trattati di poetica e retorica del '500*, 4 vols., Roma-Bari, Laterza, 1970-1974, M. Regoliosi, "Riflessioni umanistiche sullo 'scrivere storia'", *Rinascimento*, XXI, Florença, 1991, p. 31.

(26) *De vanitate*, ed. cit., fo. B vii rº.

(27) *Ibidem*.

(28) *Laurentii Vallae (...) de rebus a Ferdinando Hispaniarū rege (...) Libri III (...)*, Paris, Bade Ascense, 1528; vid. in *Opera Omnia*, ed. anastática, T. II, Turim, Bottega d'Erasmus, 1962.

poesia, já que, segundo diz, era mais antiga: entre os Latinos os *anaís* precederam os *poemas* e entre os Gregos, se é verdade que Dares Frígio e Dictis Cretense de facto existiram, foram anteriores a Homero...⁽²⁹⁾. E retoma o antigo argumento da utilidade da história: dela flui um variado conhecimento das coisas naturais, uma variada doutrina sobre os costumes e toda a sabedoria⁽³⁰⁾. Mas o importante é que, apesar de definir a arte oratória como "historiae mater", Valla evita discutir o tema da sua inferioridade face ao poema épico. Era um passo tímido, mas já de si significativo; haverá, porém, que esperar por meados do séc. XVI para vermos surgirem novas reflexões sobre a historiografia, como discurso do verdadeiro face à poesia, como discurso do verosímil⁽³¹⁾.

O outro nome a evocar é Ângelo Policiano, humanista com ligações à cultura portuguesa, inclusivamente no domínio da história, já que, como é sabido, foi-se oferecer a D. João II para narrar em latim os sucessos relacionados com as navegações portuguesas. Aliás, a sua primeira obra a ser impressa, em 1478, era de natureza historiográfica: *Conjuratiōnis Commentariolum*, num estilo que é clara imitação da *breuitas* da prosa latina de Salústio⁽³²⁾.

Na introdução à sua exposição sobre Suetónio, depois de lembrar e pôr em destaque a utilidade dos escritores que trataram "de humanis rebus", dizendo que, graças à história, os jovens ficam mais instruídos e os velhos mais sabedores, declara que se há género capaz de proporcionar fama ao escritor ele é certamente a história, mais do que a poesia. É que a história permite que os feitos dos homens perdurem e se transformem em exemplo de virtude para o futuro graças às palavras, mais duradouras do que outros monumentos. Por isso a glória

ita in excellentium historiarum libris perpetuum sibi domicilium fabricata est⁽³³⁾.

(29) *Ed. cit.*, fo. AA iii vº. Com esta alusão, que talvez não estivesse isenta de alguma ironia, Valla evocava a autoridade que a *De excidio Trojae historia* de Dares e a *Ephemeris belli Trojani* de Dictis tiveram ao longo da Idade Média, com claros reflexos em textos como a *Crónica Troiana*; cfr. Ramón Lorenzo, "Da *Iliada* à *Crónica Troiana*. A visão dos heróis e do mundo em que se movem", in *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Barcelona, PPU, 1988, pp. 101 ss..

(30) *Ibidem*.

(31) Vid. E. C. Riley, *Teoría de la novela en Cervantes*, Madrid, Taurus, 1966, p. 89 ss..

(32) Cfr. I. Maier, *Ange Politien. La formation d'un poète humaniste (1469-1480)*, Genebra, Droz, 1966, p. 358.

(33) Vid. Angelo Policiano, *Opera Omnia*, a cura de I. Maier, T. I, *Scripta in editione Basiliensi anno MDLIII Collecta*, Turim, Bottega d'Erasmus, 1971, p. 500.

Ou seja, a fama perpetua-se nos e pelos livros. Esta ideia denuncia uma clara confiança no poder da palavra, que, no pensamento de Policiano, se relacionava, por sua vez, com a necessidade de preservar os textos, depurando-os das deturpações que os tempos lhes iam acrescentando. Era esta a base da filologia humanista, que Policiano ajudou a instituir.

Mas esta imagem de que as letras são o receptáculo ou *scrinium* da memória do passado, organizada sob a forma de uma narrativa literária, além de proceder da imagem medieval do livro⁽³⁴⁾, tinha sido belissimamente utilizada logo no início do séc. XV por um autor italiano que exerceu grande influência na cultura portuguesa de meados desse período, na pessoa do cronista Gomes Eanes de Zurara⁽³⁵⁾. Trata-se de Pier Paolo Vergerio, que o círculo letrado do Infante D. Pedro bem conhecia⁽³⁶⁾, e que no livro II do seu tratado sobre a educação dos filhos das famílias nobres, o *De ingenuis moribus*, escreveu:

os monumentos literários [isto é, os textos sob a forma de discurso literariamente organizados], aos quais estão consignadas as gestas dos homens do passado, os casos variados e imprevistos das vicissitudes da fortuna, as manifestações maravilhosas da natureza, e acima de tudo as razões das idades do tempo passado, são como que um cioso depósito de quanto aconteceu no tempo antigo; é que a memória dos homens e aquilo que se transmite de boca em boca, pouco a pouco vai-se esfumando, e no fundo dura quanto dura a idade de um homem só. Mas o que fica registado perpetuamente nos livros permanece, a par do pouco que por acaso nos chega através da arte da pintura e dos monumentos esculpidos em mármore ou fundidos em bronze. No entanto, estes não chegam a indicar com precisão o tempo, nem a exprimir com facilidade os motivos e as causas de quem dependem as acções, mas antes limitam-se a exprimir o facto nu, além de que muitas vezes chegam até nós em mau estado e em ruínas. Pelo contrário, a notícia de todas as coisas obtém-se através das letras, que não só registam o que foi dito, mas também reproduzem ainda os discursos dos homens e tornam presentes os seus pensamentos⁽³⁷⁾.

(34) Vid. E. Curtius, *European Literature and the Latin Middle Ages*, trad. inglesa, 2ª ed., Princeton, Princeton University Press, 1967, p. 302 ss..

(35) Vid J. de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949, p. 1 ss..

(36) O Infante D. Pedro encarregou o Dr. Vasco Fernandes de Lucena de fazer a tradução da obra para português, cujo prólogo foi publicado por J. Piel na Introdução ao *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro Duque de Coimbra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1948, p. XLVI-XLVII.

(37) Vid. in E. Garin, *Educazione umanistica in Italia*, Bari, Editori Laterza, 5ª ed., 1966, p. 92. Cfr. D. Robey, "Humanism and Education in the Early Quattrocento: the *De Inguenuis Moribus* of P. P. Vergerio", *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, XLII, Genebra, 1980, p. 27.

Este é um dos textos mais eloquentes sobre a postura do humanismo perante a literatura e a cultura por ela transmitida, daquilo que um estudioso italiano denominou de "identità sostanziale del *verbum* e della *res*"⁽³⁸⁾. Aliás é nesta linha de pensamento que devemos integrar o facto de alguns humanistas italianos da segunda metade do séc. XV terem estado ligados a projectos de redacção em latim ou de tradução para latim de relatos cronísticos sobre as conquistas e navegações portuguesas. Assim sucedeu no reinado de D. Afonso V com Mateus de Pisano, que redigiu em 1460 o *De Bello Septensi*, no fundo uma refundição, com valorização de ingredientes literários, como descrições e maior abundância de diálogos, da *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara⁽³⁹⁾. E nesse sentido foram as ofertas de Flavio Biondo e do próprio Policiano. Na segunda metade do século, será o caso do *De Rebus Emmanuelis*, D. Jerónimo Osório⁽⁴⁰⁾. Mas na mesma direcção ia o interesse manifestado por Cataldo Sículo numa carta a Martinho de Sousa, em que lhe solicitava informações sobre acções no Norte de África, "para que eu possa finalmente juntá-lo às Crónicas de Portugal, para glória da pátria em geral e para memória dos varões que lutam por Jesus Cristo"⁽⁴¹⁾. No entanto, os textos conservados destes ensaios em pouco nos ajudam para a problemática da concepção da história.

Ora se há texto do séc. XVI português que o passo de Vergerio acima citado nos faça evocar ele é, sem dúvida, o prólogo de João de Barros à *Década Primeira da Ásia*. Aí vem recuperada a imagem das letras como guarda perdurável da memória dos feitos passados nesta metáfora interessantíssima:

E ajinda quis que este módo de elocuçam artificial de letras: per beneficio de perpetuidade precedesse ao natural da fála. Porque esta, sendo animada nam tem mais vida que o jnstante de sua pronúciaçam, & pássa a semelhança do tempo que nam tem regresso: & as letras sendo huñs caracteres mórtos & nam animádos, contem em sy espirito de vida, pois a dam a cerca de nós a todalas cousas. Lá ellas sam huñs elementos que lhe dam assistencia: & as fazem passar em futuro com sua multiplicaçam de annos em annos, per módo mais excellente do que faz a natureza. Pois vemos que esta natureza pera géra algũa cousa,

(38) V. Branca, *Poliziano e l'umanesimo della parola*, Turim, 1983, p. XII.

(39) Cfr. F. Figueiredo, *A épica portuguesa no século XVI*, Edição fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 71-72. Uma tradução portuguesa foi publicada em 1915 em Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

(40) Sobre esta problemática, cfr. L. Matos, "L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", in *L'Humanisme portugais et l'Europe*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, p. 397 ss..

(41) Cataldo Parísio Sículo, *Epistolae et Orationes*, Edição fac-similada, Coimbra, Por Ordem da Universidade, fo. G vi vº; a tradução é do Prof. Costa Ramalho, na introdução, p. 17.

corrompe & altera os elementos de que é compôsta, & as letras sendo elementos de que se compõem, & fôrma a significaçam das cousas, nam corrompem as mesmas cousas nem o intendimento (pôsto que seja passiuo na intelligência dellas pelo módo de como vem a este:) mas vanse multiplicando na páрте memoratiua per vso de frequetaçam, tam espiritual em hábito de perpetuidade, que per meyo dellas no fim do mundo, tam presentes serám áquelles que entam forem nêssas pesoas feitos & ditos, como oje per esta custódia literal, e viuo o que fizeram & dissêram os primeiros que fôram no principio delle".

E mais abaixo:

E vendo eu que nesta diligencia dencomendar as cousas a custódia das letras (cõseruadores de todalas obras) a naçam Portugues é tam descuidada de sy...⁽⁴²⁾.

A expressão "custódia literal" ou "custódia das letras" é talvez, nos textos portugueses do séc. XVI, a mais sugestiva para caracterizar o conceito de história, tal como a tradição humanista o entendia, como vimos nas linhas precedentes. Vale, pois, a pena atentar um pouco no caso de João de Barros.

João de Barros ocupa um lugar especial em toda a historiografia portuguesa, não só pelo tratamento que dá à política portuguesa na Índia, mas também, como já notou David Lopes, pelo facto de ser fonte preciosa sobre a própria historiografia indiana⁽⁴³⁾. O primeiro ponto para que se deve chamar a atenção parece-nos serem os prólogos que acompanham a três primeiras *Décadas da Ásia*. Luciano considerara, no tratado já citado sobre o modo de escrever a história, que o historiador devia conceder atenção especial aos prómios⁽⁴⁴⁾, sobretudo quando o assunto o impusesse. O prefácio a uma obra historiográfica não era, contudo, para Luciano um momento de apelo dirigido ao auditor ou leitor em termos idênticos aos do orador. Devia antes tratar-se de um local onde se prestassem informações úteis sobre a "narrativa longa" que constituía, como já referimos, o "corpo da história".

Ora a estratégia de João de Barros nestas *Décadas* assemelha-se claramente aos preceitos literários que a tradição humanista divulgava sobre o modo de organizar o discurso histórico, ou seja de construir o "edefício de escriptura" que deveria vir a ser a obra com o título de *Ásia* ⁽⁴⁵⁾. E em primeiro lugar surgia a necessidade de sen-

(42) *Ásia de Joam de Barros (...)* *Primeira Decada*, Quarta edição revista e prefaciada por António Baião conforme a edição princeps, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 2.

(43) Vid. a Introdução à *Chronica dos Reis de Bisnaga*, manuscripto inedito do século XVI publicado por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, em especial p. LII ss..

(44) *Ob. cit.*, § 52-54.

(45) "Prólogo" à *Segunda Decada*, *ed. cit.*, p. 1.

sibilizar o leitor para o enquadramento geral da história do reino tal como ele a propunha. Efectivamente, o plano que João de Barros delineou assentava numa concepção global da história do reino que, em certa medida, pressupunha a imagem orgânica de que os países seguem uma evolução dividida em fases semelhantes à vida de cada homem. Barros não utiliza essa imagem, como fará mais tarde por exemplo Pedro de Mariz, nos seus *Diálogos de Vária História*, mas a do arquitecto, o qual começa por assentar o edifício sobre alicerces de pedra bruta, para depois erguer a obra.

Ora, se percorrermos os prólogos as duas primeiras *Décadas*, encontramos uma grande frequência de metáforas, cujo ponto de referência é sempre o mundo concreto das coisas naturais ou então da experiência corrente dos leitores. Não se trata – ou não se trata só – de uma questão de estilo, mas de uma estratégia do discurso propositadamente concentrada na parte da obra onde era conveniente suscitar aquela "fides" ou confiança dos leitores que Policiano, na sua introdução ao estudo de Suetónio, considerava também fundamental na obra histórica⁽⁴⁶⁾. E esta assentava fundamentalmente na capacidade de o autor utilizar um estilo "tranquilo e fácil", como dizia Luciano e retomam no séc. XV autores já referidos como Policiano e Pontano.

Vale a pena neste ponto reflectir um pouco sobre alguns aspectos importantes da historiografia de Barros, que no fundo estão relacionados com o que foi dito. Começemos por anotar que o plano global da história de Barros se destinava a dar corpo a uma visão imperial e mundial da história do reino. Não sabemos o que seria, em termos de concretização, a sua *Europa*, mas o Cap. I do Livro I da *Primeira Década* situa o leitor perante a imagem de um reino que emerge da guerra contra o infiel que invadira a Península como que "hũa faisca que veo abrasar toda Espanha", como um "açoute" da justiça divina justificado pelos erros religiosos e políticos dos Hispânicos. Toda a história desta "parte da Lusitania que óra é reyno de Portugal" tem uma razão religiosa,

Donde podemos afirmar que esta casa da coróa de Portugal, está fundada sobre sangue de marteres, & que martires á dilatam & estendem per todo o vniuerso: se este nome pódem merecer aquelles que militando pola fé offerecem suas vidas a deos em sacrificio⁽⁴⁷⁾.

Por isso a *Ásia* é a cúpula de todo o edifício construído pelo reino de Portugal; e

(46) *Praefatio in Suetonii expositionem, ed. cit.*, p. 501. Sobre o assunto, cfr. G. Gardenal, *Il Poliziano e Suetonio. Contributo alla Storia della Filosofia Umanistica*, Florença, Leo S. Olschki, 1975, pp. 10 ss..

(47) *Ed. cit.*, p. 8.

Barros usa a expressão "trifpos deste reyno", que não deixa de evocar alguma linguagem tradicional da narrativa de cavalaria. Ora, no prólogo à mesma *Década*, recorda a sua narrativa cavaleiresca, a *Crónica do Imperador Clarimundo*, nestes termos dirigidos a D. João III:

O qual debuxo nã era algũa vatrachemicmáchia, guerra de raãs & ratos, como fez Homero por exercitar seu engenho ante q̃ escreuesse a guerra dos Gregos & Troyanos: mas foy hũa pintura metaphorica de exercitos & vitorias humanas, neste figura racional do emperador Clarimũdo, titulo da traça (conforme á jdade que eu entam tinha) afim de aparár o estilo de minha possibilidãde pera esta vóssa Asia⁽⁴⁸⁾.

O valor destas afirmações decorre não do facto de se tratar de uma explicação *a posteriori*, mas de esta narrativa cavaleiresca comportar efectivamente uma interpretação ficcional da história do reino, do tipo das mitografias que tanto interesse produziram, em termos políticos e literários, no Renascimento. A tese central do romance vinha figurada no frontispício da primeira edição de 1522 e era retomada na segunda, de 1555: Clarimundo estava representado de pé, diante de um trono por detrás do qual se erguia a árvore genealógica dos reis portugueses. Era uma iconografia totalmente distinta da que habitualmente acompanhava as impressões de livros de cavalaria, mas que procurava sugerir que, até D. Manuel, toda a coroa portuguesa vivera, sem interrupção, em torno de um motivo central, que era a luta religiosa contra os inimigos da fé⁽⁴⁹⁾. A Ásia representava, pois, o coroar dessa longa evolução.

Além disso é patente que João de Barros salta por cima de toda a fase da cronística nacional até Zurara, "chronista mor destes reynos em as cousas do tempo do infante dom Anrique", o que pode ser interpretado como um sinal do seu distanciamento em relação à historiografia nas modalidades em que tinha sido praticada até aí. Recordem-se a este propósito as vicissitudes por que passou a preparação da crónica respeitante ao reinado de D. Manuel, no meio de indecisões, escusas e flutuações que denunciavam, como já foi posto em destaque, as dificuldades políticas de um empreendimento que fatalmente implicava o julgamento de dois reis com especial significado político: D. João II e D. Manuel⁽⁵⁰⁾.

(48) *Ed. cit.*, p. 3.

(49) Cfr. Davide Bigalli, "Justitia e Consensus: Figure del Sovrano nel Cinquecento Portoghese", in AAVV., *Ragione e "Civilitas". Figure del vivere associato nella cultura del '500 europeo*, Milão, Franco Angeli, 1986, p. 95 ss..

(50) Vid. J. B. Macedo, "Damião de Góis et l'Historiographie Portugaise", in *Damião de Góis, Humaniste Européen*, Braga, Barbosa & Xavier, 1982, pp. 122 ss..

Barros parece querer insinuar que a historiografia anterior era mais um repositório de "miudezas q̄ cãsam a quẽ as escreue, & a quẽ as ouue"⁽⁵¹⁾, mas a que faltava a "racional regra"⁽⁵²⁾ da história. Mas o texto doutrinário em que, de forma mais clara e sistematizada, equaciona a questão da escrita histórica é sem dúvida o prólogo à *Década Terceira*. Aí se vê como a referência clássica constituía uma pressuposição do discurso de Barros, não tanto pelo que diz a propósito de Lívio, Salústio, César ou Suetónio – os historiadores em que mais atentaram os humanistas até meados do séc. XVI –, como pelo facto de sublinhar a natureza essencialmente persuasiva do discurso histórico. Barros distanciava-se, deste modo, das concepções de alguns que, como Rudolfo Agrícola no *De inventione dialectica*, situavam a história no quadro da *expositio*, definindo esta como "o discurso que se limita a expor o pensamento do falante" sem qualquer ingrediente de persuasivo⁽⁵³⁾. Pelo contrário,

a História é um agro e campo onde está semeada tôda a doutrina divinal, moral, racional e instrumental...⁽⁵⁴⁾.

Repare-se no tom ciceroniano da metáfora em que assenta a definição. Mas o que mais impressiona neste prólogo, em termos de equacionamento humanista do discurso historiográfico, é a clareza com que Barros situa a história no terreno da literatura moral – o mesmo é dizer política – reportando-se à distinção aristotélica entre 'exemplo' e 'silogismo':

porque, como tôdolos homens graves, principalmente nas escrituras morais – a fim de doutrinar vão ordenadas – mais respeito teem a mover por exemplo e induzimento de vivas razões (peró que o argumento seja fabuloso), que à fé da cousa, porque a fe sem imitação de obras figura pintada é, e não viva⁽⁵⁵⁾;

e mais adiante, diz que "tôdolos doutos barões", vendo

com quanto fastio das gentes se recebiam a moral doutrina em argumento descoberto e grave, ao modo de Platão e Aristóteles, entenderam que os escritores que seguiam êste género de escritura teveram por fim dar na doçura da fábula o leite da doutrina; e porisso quando liam as tais escrituras, lançavam a casca do argumento fora e gostavam o fruto da interior erudição⁽⁵⁶⁾.

(51) *Segunda Década*, ed. cit., p. 2.

(52) *Segunda Década*, ed. cit., p. 1.

(53) *Rodolphi Agricolaë Phrisii de inventione dialectica libri tres (...) Parisiis (...), 1533*, fo. 2 vº e fo. 182 vº - 183 vº.

(54) *Ásia de João de Barros (...) Terceira Década*, ed. de Manuel Múrias e Hemâni Cidade, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 3.

(55) *Terceira Década*, ed. cit., p. 9.

(56) Cfr. Aristóteles, *Retórica*, III, 1418 a.

Tratava-se de uma evidente profissão de fé humanista, valorizadora da eficácia persuasiva dos exemplos conservados pela história, com apoio nessa outra autoridade que era Sêneca:

Longum iter per praecepta, breve et efficax per exempla⁽⁵⁷⁾.

As reflexões de Barros sobre a história, no contexto do humanismo português, são absolutamente excepcionais. De facto, os maiores nomes da nossa historiografia quinhentista não saem de alusões a lugares comuns sobre as virtudes da história, como a imagem ciceroniana tão repetida de que a história é "mestra da vida". É o que se passa com Damião de Góis, que no prólogo à *Crónica do Príncipe D. João* se limita a dizer que, no tratamento de "feitos de Reis, e grandes senhores", se requiere "alto stylo d'escrueuer, grande ornamento de lingoagem, sutil, e discreto artificio rhetorico", mas com tal cuidado que não "pareça ser ha tal scriptura mais imitação de tragedias fabulosas, sob cor de verdade, que stylo historico"⁽⁵⁸⁾. E no breve prólogo à *Crónica de D. Manuel* fica-se pela fugaz alusão ao que é substancial nas crónicas, que consiste em "com verdade dar a cada hũ ho louuor, ou reprehensam que mereçe"⁽⁵⁹⁾. Há, no entanto que ter presente que a matéria referente ao reinado do Venturoso não era de fácil tratamento no contexto político da primeira metade do séc. XVI.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda retoma a importância e utilidade das narrativas sobre as coisas do passado para a "boa governança da Republica assi na paz como na guerra", enfatizando particularmente o critério da verdade fundado no testemunho pessoal *de visu* ⁽⁶⁰⁾.

Poder-nos-íamos então perguntar que incidências se terão verificado, no plano da construção do texto, em João de Barros. O assunto deveria merecer uma atenção mais aprofundada, até porque, ao longo dos séculos, Barros foi apresentado como modelo da prosa portuguesa clássica.

Segundo aconselhava Luciano – e Pontano, no final do séc. XV, reafirmava –,

(57) *Ad Lucilium*, VI, 5; cfr. Buck, *L'heredità classica, cit.*, p. 168, passo que Policiano recorda na introdução ao seu comentário a Suetónio: "utque ualentius efficaciusque docendū genus per exempla, quam per praecepta esse nemo non fateatur"; *ed. cit.*, p. 502.

(58) *Crónica do Príncipe D. João*, de Damião de Góis, ed. crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 9.

(59) *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, ed. de J. T. Carvalho e David Lopes, Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 2.

(60) *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses por Fernão Lopes de Castanheda*, ed. de Pedro de Azevedo, Livro I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 1.

o estilo do discurso histórico deveria caracterizar-se pela utilização de palavras apropriadas ao local e à matéria, usadas pelos bons autores e sem provocarem afastamento da sequência narrativa assente na *ordo* ou *series* dos acontecimentos⁽⁶¹⁾. Isto é, o escritor de história devia estar liberto de constrangimentos, para que o seu discurso não se desviasse da naturalidade, como dizia Policiano:

nihil studio dictum, nihil suppressum metu, rebus ipsis data omnia⁽⁶²⁾.

Ora no prólogo à *Terceira Década*, João de Barros demarca-se da prática daqueles que hiperbolizam a narrativa histórica, utilizando expressões como

era tamanha a grita da gente, rugido das armas, quebrar das lanças, que chegava o estrondo até o Céu,

ou dizendo

que dos imigos morreram tantos mil, feridos sem conto, e dos nossos mortos foram dous ou três, e feridos doze⁽⁶³⁾.

Na verdade, Barros evita os empolamentos que extravasam a verosimilhança ou o que ele designa por "decoro", o que não o impede de deitar mão, de vez em quando, a algumas evocações de natureza hiperbólica, fortalecidas pela sua referência visual ou auditiva, de que se podem citar os seguintes casos:

"dauuam hũa grita que parecia romperem os ares" (*Déc.* I, p. 104)

"hũa grossa chuua de setas" (*Déc.* I, p. 191)

"hũa nuuem de setas" (*Déc.* I, p. 279)

"cada vez que embebiam as frechas em seus arcos qualhavam o ar com o exame de aguilhões de morte" (*Déc.* II, p. 127)

"dar de focinhos em terra" (*Déc.* II, p. 167),

aliás uma imagem já utilizada na *Crónica do Impêrador Clarimundo*.

Há, no entanto, um outro aspecto da estratégia literária de Barros que merece ser observado e que exemplifica a sua preocupação em praticar uma expressão persuasiva. Trata-se do modo de articulação, ao nível do texto, entre os capítulos em que se divide a narrativa.

Recordemos que Luciano considerava que uma das tarefas a que o autor de história devia conceder cuidada atenção dizia respeito à maneira de organizar os factos,

(61) *Actius, ed. cit.*, p. 276-278.

(62) *Ed. cit.*, p. 503.

(63) *Ed. cit.*, p. 7.

para se evitar a desordem. Isto tinha uma directa incidência na organização dos capítulos, unidades do texto que tradicionalmente as crónicas praticavam. Se observarmos, por exemplo, o comportamento de Fernão Lopes de Castanheda neste domínio, veremos que os capítulos oferecem uma notável regularidade de extensão, quebrada só quando assuntos como descrições de cidades se impunham, a qual, contudo, é deixada de lado no Livro IV, claramente menos elaborado e mais breve.

Os capítulos eram pensados como unidades com maior ou menor identidade narrativa, o que, no plano textual, acarretava normalmente o recurso a elementos de conexão frásica adequados à progressão diegética, sobretudo no campo das funções temporal e causal. No respeito pela ordem dos acontecimentos e da explicação das acções humanas, os autores tradicionalmente recorriam a fórmulas de ligação do tipo "depois que", "posto que" e com elevada frequência a construções do tipo do ablativo absoluto.

Ora João de Barros parece querer afastar-se desta prática vulgarizada, buscando instituir um discurso mais sequencial e personalizado. Claro que não se trata da distinção que mais tarde, já em período de moda tacitista, D. Francisco Manuel de Melo fará no *Hospital das Letras*, entre "analistas, crónicos, sumaristas, epitomistas e epilogistas" e "historiógrafos", centrados estes numa só acção, "salpicando-a" de "sentenças, observações e juízos"⁽⁶⁴⁾. Trata-se essencialmente de realizar, na prática, um discurso de natureza retórica, segundo a distinção de Cícero no Livro I do *De inuentione*: distintamente do procedimento dialéctico, o retórico caracteriza-se pelo discurso ininterrupto. Ora o encadeamento e o estabelecimento dos mecanismos frásicos de articulação entre os capítulos, ou seja, as soluções que, no plano do texto, permitiam demarcar as fronteiras entre as diversas unidades narrativas que vão constituindo a sequência discursiva, denunciam a intenção de Barros – mas também a de Góis, na *Crónica de D. Manuel* – de neutralizar a sensação de interrupção constante do discurso através da repetição monótona das mesmas fórmulas temporais ou causais. Mas é evidente que sintagmas como "Ao dia seguinte" tinham de continuar a ser utilizados, até porque o discurso histórico era, por definição, organizado para apoiar uma estrutura cronológica.

Esta atitude, de independência literária, manifesta-se ainda no facto de Barros fugir à imitação da prática de Tito Lívio, com a introdução de peças declamatórias

(64) J. Colomès, *Le Dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 137.

atribuídas a figuras históricas. Desse modo, Barros dava razão a Pontano, que entendia que Salústio, mais do que Lívio, obedecia às leis da história. E evitava, do mesmo modo, a orientação seguida por António de Nebrija nas suas duas décadas sobre os Reis Católicos⁽⁶⁵⁾, em que, servindo-se do texto da crónica de Fernando del Pulgar, introduziu diversas situações declamatórias historicamente inverosímeis. Aliás, Barros não deixa de o criticar no prólogo à *Terceira Década*, pela forma parcial como tratou o caso de Joana de Portugal, mulher de Henrique IV de Castela⁽⁶⁶⁾.

Estaremos, pois, em condições de notar a distância que a historiografia de tipo humanista entendia existir entre si e a tradição medieval. Já não era – e com o tacitismo será ainda menos – a mera observação de Sto. Isidoro de que a história, como relato de coisa feita, pertence à Gramática, porque "o que é digno de memória é guardado nas letras"⁽⁶⁷⁾, mas uma visão justificativa da história do reino, tanto mais pertinente e necessária quanto a coroa castelhana, desde finais do séc. XV, vinha patrocinando uma vasta produção narrativa, historiográfica e de ficção, destinada a enaltecer a dignidade régia e o passado mítico da "Hispania", de forma a articulá-lo com o presente da expansão peninsular e atlântica⁽⁶⁸⁾. Basta recordar as *De Orbo Nouo (...) decades*, de Pedro Mártir de Angleria, que António de Nebrija prefaciou; ou então a obra desse outro italiano atraído a Castela pelos Reis Católicos, Lúcio Marineu Sículo, o *Opus de rebus Hispaniae Memorabilibus* ⁽⁶⁹⁾.

A questão não era de simples minudência erudita; bem pelo contrário, relacionava-se com a imagem do prestígio imperial, que por sua vez impunha uma linguagem de propaganda de parte a parte e com a qual se têm de relacionar temas como o retorno do império gótico, incluindo, portanto, a questão de definir quem deveriam

(65) Cfr. B. Sánchez Alonso, "Nebrija, historiador", *Revista de Filología Española*, Madrid, XXIX, 1945, p. 129 ss..

(66) *Ed. cit.*, p. 7.; cfr. Sánchez Alonso, *art. cit.*, p. 145. Sobre os "discursos" na narrativa histórica, cfr. G. Sabbah, *La méthode d'Ammien Marcellin. Recherches sur la constitution du discours historique dans les l'«Res Gestae»*, Paris, "Les Belles Lettres", 1978, p. 430 ss..

(67) *Las Etimologías de San Isidoro romanceadas*, ed. de J. González Cuenca, T. I, Salamanca, Ediciones de la Universidad, 1983, cap. XL, p. 166-167.

(68) Por exemplo, a refundição do *Amadis de Gaula* comportava uma clara intenção apologética dos Reis Católicos; cfr. J. D. Fogelquist, *El Amadis y el género de la historia fingida*, Madrid, José Porrúa Turanzas, 1982, em especial p. 171 ss..

(69) Cfr. A. C. Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1969, p. 196; J. R. Magalhães, "As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço do problema", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 5, 1980, p. 25. Cataldo incluiu uma carta sobre as sugestões de ambos regressarem a Itália; cfr. *Epistole Cataldi*, Edição fac-similada por A. C. Ramalho, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1988, fo. c ij rº-ciiij rº.

ser entendidos como os verdadeiros herdeiros da monarquia visigótica, se castelhanos, se portugueses. Sobre isto teorizou Diogo de Valera, na sua *Crónica de los Reyes Católicos* (70). Ora Valera vem evocado por Barros num dos textos preliminares da edição da *Crónica do Imperador Clarimundo*, a par de Duarte de Galvão, forte apolo-gista de uma visão profética da história do reino, segundo ele desde o início marcado por ocultos juízos de Deus, como expõe na dedicatória a D. Manuel da sua *Crónica d'El-Rei D. Afonso Henriques* (71).

Trata-se de um domínio largamente favorecido pelo poder e para o qual o humanismo, directa ou indirectamente, contribuiu em boa escala, apesar de algumas vozes, como a de Luis Vives, no tratado *De disciplinis*, extremamente difundido e dedicado a D. João III, terem verberado o entusiasmo pelas histórias mitológicas (72). Mas há que ter presente que, no séc. XVI, são estreitas as relações entre a historiografia e a mitografia (73). A tendência vinha de muito antes, com fortes raízes na tradição historiográfica medieval; bastará evocar o enorme sucesso, desde o séc. XII, da *Historia Regum Britaniae* de Geoffrey of Monmouth, que contribuiu imenso para o enraizamento de uma pseudo-historicidade, por exemplo através do mito das origens troianas dos bretões. No contexto humanista, a erudição histórica e a própria crítica filológica serão postas ao serviço deste tipo de literatura, em que, a par de observações correctas, encontramos efabulações cuja referência significativa se tem de buscar nos movimentos políticos e ideológicos.

No caso português são certamente os quatro livros publicados por André de Resende *De antiquitatibus Lusitaniae* que melhor representam este tipo de literatura erudita, centrada na validação do passado longínquo do reino, como é exemplo o rele-

(70) Sobre este tema, cfr. Tarsicio de Azcona, O.F.M., *Isabel la Católica*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1964, p. 308 ss..

(71) Sobre a figura de Duarte de Galvão, vid. J. Aubin, "Duarte de Galvão", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, IX, 1975, p. 43 ss.. Cfr. L. F. Thomaz, "Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle: les débuts de l'Expansion", *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, Paris, 1989, p. 161 ss.; "O projecto imperial joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)", in *Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época"*, Porto, Universidade do Porto-Comissão Nacional dos Descobrimientos, 1989, 81 ss.; "L'idée impériale Manueline", in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, p. 35ss..

(72) *Ioannis Lodovici Vivis Valentini, de disciplinis Libri XX (...) Coloniae (...) M.D.XXXII*, p. 92.

(73) F. Simone, "Historiographie et mythographie dans la culture française du XV^e siècle: analyse d'un texte oublié", *Actes du Colloque "L'Humanisme Lyonnais au XV^e Siècle"*, Grenoble, Presses Universitaires, 1974, p. 127.

vo dado à dignidade da antiga Lusitânia⁽⁷⁴⁾, de que o reino português é visto legítimo continuador. E lembre-se, de passagem, como essa referência estava actuante no pensamento português, mediante o recurso a Viriato como paradigma de antigas virtudes morais, como se vê na Carta a António Pereira, de Sá de Miranda. O esquema central desta atitude residia na ideia de que, na história do reino, existia um factor determinante da sua evolução ao longo dos tempos, e que era a genealogia. Barros faz da *Crónica do Imperador Clarimundo* uma "pintura metafórica" da história do reino, não propriamente por causa da profecia em verso de Fanimor, mas essencialmente porque o que se pretende evidenciar na obra são as bases genealógicas dos reis portugueses. Como dirá no final do século Pedro de Mariz, nos seus *Diálogos de vária história dos Reis de Portugal*,

Ainda que os Reys de Portugal (...) começassem com pouco, e tambem em pouco tempo alcançassem muyto de gloria e fama: nem por isso deixarã de ser os Portugueses sempre valerosos, e de grande animo: e que liberalmente sabião fazer barato da vida, a troco da liberdade⁽⁷⁵⁾.

Esquece-se muitas vezes, porém, o nome de Gaspar Barreiros, sobrinho de João de Barros. É normalmente conhecido pela descrição dos lugares por onde passou na viagem de 1546 a Itália, a *Chorographia*. Mas no volume organizado para a impressão de João Álvares em Coimbra, 1561, acrescentam-se as "Censuras" de Barreiros a textos pseudo-históricos, como os de Beroso e Manethon, que Giovanni Annio de Viterbo incluiu nas suas *Antiquitates*, curiosamente dedicadas a Fernando e Isabel de Castela. Ou seja, no momento em que o reino de Castela ascende ao desempenho de um papel político decisivo no cenário europeu, a mitografia pseudo-histórica é colocada ao serviço da propaganda real⁽⁷⁶⁾. Note-se que a evocação do

(74) Cfr. o Livro III do *De antiquitatibus Lusitaniae*. Vid. R. Fernandes, "Méthodologie et histoire dans *De antiquitatibus Lusitaniae*", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, p. 487 ss..

(75) Pedro de Mariz, *Dialogos de Varia Historia dos Reys Portugueses*, Coimbra, António de Mariz, 1598, fo. 23 r^o.

(76) Cfr. R. B. Tate, *Ensayos sobre la historiografía peninsular del Siglo XV*, Madrid, Editorial Gredos, 1970, p. 24 ss.. A obra de Annio foi publicada em Roma em 1498 com o título de *Commentaria super opera auctorum diversorum de antiquitatibus loquentium*, de que uma secção se chamava *De primis temporibus et quatuor ac viginti regibus primis Hispaniae et ejus antiquitate*. Aliás com esta atitude se relaciona o aproveitamento de textos antigos susceptíveis de serem semanticamente interpretados segundo, por exemplo, certas expectativas proféticas, como sucedeu com um passo célebre da *Medeia* de Séneca (vv. 374-379); cfr. M. Mund-Dopchie, "L'Extrême-Occident de l'Antiquité classique et la découverte du Nouveau Monde: une manipulation de textes à des fins idéologiques", *Nouvelle Revue du XVIe Siècle*, Paris-Genebra, 8, 1990, p. 27 ss..



Sessão de Encerramento
quando falava o Prof. Jorge Osório

historiadores latinos ou sobre temas antigos. Tito Lívio terá sido impresso uma única vez, mesmo no final do século, para apoio ao ensino da Companhia de Jesus⁽⁸³⁾. Situação muito distinta deu-se em Castela, onde circulou, desde 1497, uma tradução para vulgar das *Décadas*, impressa em Salamanca. Quanto a Salústio não parece ter chegado a ser conhecer essa sorte.

É evidente, porém, que este vazio editorial não pode significar ignorância destes autores. Os testemunhos são imensos, a começar pelo próprio João de Barros, que cita desde historiadores latinos até autores recentes, como António de Nebrija e Polidoro Virgílio, cujos oito livros *De rerum inventoribus* constituíram um manancial de informações sobre temas e lugares comuns antigos. E nesse contexto da erudição humanista se movimentou João de Barros, como erudito, como historiador, como humanista português de Quinhentos⁽⁸⁴⁾, admirado e respeitado pelos seus contemporâneos⁽⁸⁵⁾.

Consequentemente, é mais do que evidente que a história constituiu um elemento essencial do humanismo. O alargamento do conhecimento da Antiguidade e da forma como os historiadores tinham tentado resolver os problemas do relato dos acontecimentos e do seu significado marcaram profundamente as concepções e as práticas historiográficas ao longo desse período⁽⁸⁶⁾. Muito desse saber passou pela erudição e por círculos restritos, que lançaram as bases da historiografia seiscentista e setecentista. Por isso, e regressando aos princípios do séc. XVI, quando o magistério humanista de Cataldo Sículo actuava junto de um círculo de aristocratas interessados

em A. J. Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1926.

- (83) Anselmo, *ob. cit.*, nº 800. Não se trata sequer do texto editado em 1533 por Clenardo em Salamanca; cfr. G. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. I - Clenardo e a Sociedade portuguesa*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1974, p. 49, nota.
- (84) Cfr. o título do belo estudo de António A. B. Andrade, *João de Barros, historiador do pensamento humanista português de Quinhentos*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.
- (85) A ele dedicou Luís Vives, em 1535, um pequeno tratado sobre a oração, impresso em Antuérpia com o título *Ad animi excitationem in Deum commentatiunculae*; cfr. J. A. Osório, "L'Humanisme portugais et l'Espagne: Luís Vives et les Portugais: à propos d'un livre dédié à João de Barros", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, *cit.*, p. 229 ss.. Mas a ele dedicou, em 1551, Aquiles Estação os seus comentários ao *De optimo genere oratorum* de Cícero; cfr. A. P. Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, p. 51.
- (86) Cfr. E. Cochrane, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago-Londres, The University of Chicago Press, 1981; A. Tenenti, "La storiografia in Europa dal quattro al seicento", in *Nuove questioni di storia moderna*, vol. II, Milão, Marzorati, 1964, p. 995 ss..

nas *litterae humaniores* vindas de Itália, vale a pena subscrever uma opinião do Prof. Américo da Costa Ramalho, a propósito do *De Platano* de João Rodrigues de Sá de Meneses:

Como documento de ilustração humanística, o pouco conhecido *De Platano* parece-me mais significativo do que as traduções das *Metamorfoses* de Ovídio e outras composições juvenis insertas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende⁽⁸⁷⁾.

Efectivamente, Ovídio era mentor da cultura difundida nas cortes europeias desde o princípio do séc. XII e não podia, só por si, assinalar o início de uma corrente cultural e literária como foi o Humanismo renascentista.

(87) A. C. Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 69; cfr. também a introdução a Cataldo Parisio Siculo, *Martinho Verdadeiro Salomão*, ed. de Dulce da Cruz Vieira, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1974, p. 23.